



PREFEITURA MUNICIPAL DE MANAUS/AM

GUARDA MUNICIPAL

TÉCNICO MUNICIPAL I – GUARDA MUNICIPAL

TIPO 1 – BRANCA

MATERIAIS

- Este caderno de provas é composto por sessenta questões objetivas e uma questão discursiva.
- As questões da prova objetiva são de múltipla escolha, com quatro opções de resposta e apenas uma correta.
- Fique atento! A conferência do material é responsabilidade do candidato! Verifique:
 - No caderno de provas: cargo, tipo e cor de acordo com as informações da etiqueta de carteira, bem como o número de questões previsto.
 - Na Folha de Respostas e Folha de Texto Definitivo: dados pessoais e instruções.




Caso os dados estejam incorretos, o material incompleto, ou detenha qualquer imperfeição, comunique ao Fiscal de Aplicação.

PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

- É permitido apenas o uso de caneta esferográfica, feita de material transparente, de tinta azul ou preta.
- Sobre sua mesa deverão permanecer apenas a caneta esferográfica e o seu documento oficial de identificação.
- São proibidas: a sua comunicação com outros candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, lápis, borracha, corretivo, calculadora, protetor auricular, eletrônicos e demais itens previstos no edital de abertura do certame.
- A sala de provas poderá ser monitorada. A tentativa de fraude ao processo configura CRIME (art. 311-A do Código Penal), cuja pena máxima é reclusão, de dois a seis anos, e multa.

TÉRMINO DA PROVA

- O período previsto para realização da prova abrange o preenchimento da Folha de Respostas e a transcrição do texto para a Folha de Texto Definitivo.
 - A anotação de informações relativas às respostas é permitida apenas no caderno de provas.
 - Atenção ao preencher a Folha de Respostas e a Folha de Texto Definitivo. Caso haja erro de preenchimento, as Folhas não serão substituídas.
-  Ao terminar a prova, entregue, obrigatoriamente, a Folha de Respostas e a Folha de Texto Definitivo, assinadas nos locais indicados, ao Fiscal de Aplicação.
- Os três últimos candidatos só poderão sair juntos.
 - Após entregar seu material, você não poderá utilizar o sanitário e/ou o bebedouro.
 - Ao deixar a sala de aplicação, não faça uso do seu celular antes que tenha saído completamente da unidade escolar.



CARGO/ESPECIALIDADE: TÉCNICO MUNICIPAL I – GUARDA MUNICIPAL

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto para responder às questões de **01** a **08**.

Calma, gente

Alguma coisa não vai bem entre mim e o tempo. Não o tempo de que tratam os filósofos, mas esse tempinho nosso de todo dia, medido em correrias, impaciências, tique-taques, calendários, reencontros (“Há quanto tempo!”), semáforos, luas cheias, aniversários, Natais e – ai – rugas. O tempo sobre o qual se conversa e no qual transitamos, transitórios.

Acontece que as pessoas têm pressa, e a pressa delas interfere no ritmo de outras. Na maioria das vezes, é uma agitação inútil e inexplicável. Tem gente que se assusta quando alguém propõe ir caminhando até um determinado lugar, perto: “A pé?”. Não é pelo esforço, pois até atletas de academia reagem com espanto. Essas pessoas não suportam é “perder” tempo percorrendo uma distância que, de carro, levaria quatro minutos.

Em parte, foi essa pretensão de poder comprimir o tempo que derrotou o cavalo como transporte urbano, depois o bonde, o ônibus e promoveu o automóvel, maravilha que transformamos em problema. Ao volante, o raciocínio é: eu tenho o comando, eu decido a velocidade, eu me torno senhor do tempo no espaço.

Ilusão.

Quem pôde teve a mesma ideia e engarrafou as cidades.

O tempo já foi elástico, esticava-se segundo a vontade de quem dispunha dele. Dê tempo ao tempo, diziam umas pessoas para as outras, ralentando-se. Calma, que o Brasil ainda é nosso! – bradava-se, como quem diz: enquanto o país for nosso, vamos devagar. Fazíamos do tempo coisa nossa, como o samba, o futebol e outras bossas.

Leiam os romances antigos. Nenhum personagem diz para o outro: “Você tem um minuto?”. Havia muito mais do que um minuto para uma conversa. Vejam um filme clássico. Com que paciência era construída uma situação que iria depois desaguar em outra. John Ford, por exemplo, tinha tempo para contar uma boa história e sabia que também o tínhamos para apreciá-la. Hoje, no cinema pós-Spielberg, muitas vezes nem percebemos o que aconteceu, tal a rapidez da montagem.

A vida *on-line* traz, em segundos, o mundo. As imagens de um bombardeio da grande potência contra o Iraque depauperado chegaram à casa das pessoas no momento em que estava acontecendo. Chamam a isso “tempo real”. Como se fosse irreal o tempo dos cinejornais da II Guerra Mundial, que mostravam com meses de atraso centenas de milhares de soldados mortos. O tempo real trouxe também a globalização dos dinheiros aventureiros, que em segundos dão a volta ao mundo rapando economias, confrontando desiguais, espalhando o desemprego.

O que se faz com o tempo ganho com a pressa? Lembra-me o poeminha do pernambucano Ascenso Ferreira ironizando o gaúcho, que, diz ele, “riscando os cavalos” e tinindo as esporas sai de seus pagos em louca arrancada: “– Para quê? – Para nada”. Talvez para nada os apressados buzina no trânsito, costumam, furam sinais; a pé, atropelam passantes nas ruas, empurram pessoas nas plataformas do metrô, impacientam-se com idosos, agredem garçons, trombam carrinhos de compras nos supermercados, reclamam do ritmo alheio. Entre a pressa e a falta de educação, a distância é curta.

É sábio um ditado russo que li citado pelo escritor Saul Bellow: “Quando estiver com pressa, vá devagar”. Mais ou menos é o que o historiador romano Suetônio, biógrafo dos césares, aconselhou ao imperador Adriano, 1.900 anos atrás: “Apressa-te devagar”. Sem nunca ter lido Suetônio, era quase o que minha mãe dizia quando eu moleque disparava pelas ruas do bairro: “Corre devagar, menino!”.

Suspeito que vem daí o meu descompasso com os apressados.

(ÂNGELO, Ivan. Revista *Veja* São Paulo. São Paulo: Editora Abril. Em: 10/09/2003.)

Questão 01

Acerca do gênero textual apresentado, analise as características a seguir.

- I. Proposição de reflexão a partir de situações da realidade observável.
- II. Objetivo comunicacional que permite indicar classificação do tipo de texto injuntivo.
- III. Estruturas linguísticas de conteúdo objetivo que permitem o reconhecimento de uma sequência linear temporal do início ao fim.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) II, apenas.
- D) I e II, apenas.



Questão 02

É possível observar que, em relação à referência ao conceito de tempo indicado no texto:

- A) O narrador apresenta uma perspectiva pessoal pessimista predominante.
- B) Há variáveis quanto à significação considerando-se o contexto apresentado.
- C) Ocorre o estabelecimento de hipóteses que, em alguns momentos, apresentam-se contraditórias.
- D) A efemeridade é uma ideia perseguida e defendida pelo narrador, baseando-se nesse conceito para construir toda a narrativa.

Questão 03

Observando-se as relações sintáticas estabelecidas, pode-se afirmar que o termo destacado que complementa a forma verbal empregada de modo indireto está indicado em:

- A) “Acontece que as pessoas têm pressa, e a pressa delas interfere no ritmo de outras.” (2º§).
- B) “Não o tempo de que tratam os filósofos, mas esse tempinho nosso de todo dia, [...]” (1º§).
- C) “Tem gente que se assusta quando alguém propõe ir caminhando até um determinado lugar, perto: ‘A pé?!’.” (2º§).
- D) “Ao volante, o raciocínio é: eu tenho o comando, eu decido a velocidade, eu me torno senhor do tempo no espaço.” (3º§).

Questão 04

O 4º§ é composto por um único vocábulo – “*ilusão*”. É correto afirmar que a escolha de tal composição denota:

- A) Ruptura existente entre a introdução e o desenvolvimento do texto.
- B) Objetivo do autor em demonstrar características textuais próprias da crônica.
- C) Divisão organizacional do texto, que reflete o formato poético utilizado pelo autor em todo o texto.
- D) Ênfase e relevância do efeito de sentido produzido pelo vocábulo, considerando-se o contexto estabelecido.

Questão 05

Em “*John Ford, por exemplo, tinha tempo para contar uma boa história e sabia que também o tínhamos para apreciá-la.*” (7º§), é possível observar o emprego de:

- A) Orações explicativas e subordinadas aditivas.
- B) Oração explicativa separada por vírgulas do restante do período.
- C) Período simples formado por orações subordinadas que se complementam.
- D) Oração que, reconhecidamente, possui a mesma função exercida sintaticamente pelo objeto direto.

Questão 06

Em relação ao título atribuído ao texto, pode-se afirmar que:

- A) O tratamento dado ao interlocutor demonstra a suavização de uma mensagem que se mostra incisiva e irônica.
- B) A interlocução direta demonstra que há o emprego de um recurso linguístico que tem como objetivo persuadir o interlocutor em relação ao assunto desenvolvido.
- C) Embora haja uma evocação, é possível inferir distanciamento entre o enunciador e o interlocutor no desenvolvimento do texto a partir das escolhas linguísticas realizadas.
- D) A escolha do vocábulo “*gente*” interfere na produção de sentido, à medida que fica explícito que o conteúdo tem como destinatário pessoas do convívio, próximas do enunciador.

Questão 07

Em “*O que se faz com o tempo ganho com a pressa? Lembra-me o poeminha do pernambucano Ascenso Ferreira ironizando o gaúcho, que, diz ele, ‘riscando os cavalos’ e tinindo as esporas sai de seus pagos em louca arrancada: ‘– Para quê? – Para nada.’*” (9º§), o vocábulo destacado recebe acento conforme a mesma justificativa vista de acordo com o emprego correto de “*por quê*” em:

- A) Diante de tudo, você prefere se abster, por quê?
- B) Os caminhos por quê andei, são caminhos de dores.
- C) Por quê não podemos reencaminhar o trabalho realizado?
- D) Por quê cada vez que te vejo as memórias voltam com intensidade cruel.



Questão 08

De acordo com o texto, em relação ao tempo, é INCORRETO afirmar que:

- A) Há uma relação de relatividade entre a passagem do tempo e o contexto em que ele pode ser observado ou vivenciado.
- B) A expressão “*tempo real*”, segundo o texto, não passa de uma realidade ilusória em uma tentativa de significar o que ocorre com o tempo atualmente.
- C) A comparação entre comportamentos históricos sociais exemplificados e atuais remetem à sustentação da perspectiva defendida pelo enunciador.
- D) A valorização do tempo na atualidade é superior ao que era visto no passado, já que existe a consciência da velocidade de como os acontecimentos são divulgados.

Questão 09

A redação oficial deve obedecer a certos atributos fundamentais para garantir compreensão e uniformidade na comunicação administrativa. De acordo com tal premissa, são consideradas características da redação oficial:

- A) Emoção; originalidade; pessoalidade; e proximidade.
- B) Ambiguidade; rebuscamento; e liberdade estilística.
- C) Subjetividade; informalidade; regionalismo; e linguagem figurada.
- D) Clareza; concisão; impessoalidade e uso do padrão culto da linguagem.

Questão 10

Sobre o emprego e a concordância dos pronomes de tratamento na redação oficial, assinale a alternativa correta.

- A) Vossa Excelência estais convidado para a solenidade de posse.
- B) Vossa Senhoria deveis encaminhar vosso relatório até amanhã.
- C) Vossa Senhoria sois responsável por vossos atos administrativos.
- D) Vossa Excelência deverá encaminhar seu parecer ao setor competente.

INFORMÁTICA

Questão 11

Durante a execução de um sistema interno em um computador com *Windows 10 Pro* (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil), determinado servidor público percebe que um dos programas apresenta falha de funcionamento, permanecendo ativo no sistema mesmo sem responder aos comandos do usuário. Considerando as ferramentas e as funcionalidades do sistema operacional *Windows* para gerenciamento de processos, analise as afirmativas a seguir.

- I. Gerenciador de Tarefas: permite visualizar os processos em execução e encerrar seletivamente aplicações que não estão respondendo.
- II. Monitor de Recursos: permite acompanhar o desempenho do sistema e encerrar processos ativos por meio de suas funcionalidades.
- III. Explorador de Arquivos: possibilita encerrar diretamente programas em execução por meio da interface de navegação de pastas.
- IV. Prompt de Comando: pode ser utilizado para encerrar processos, desde que sejam utilizados comandos específicos para essa finalidade.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) I, II e IV.

Questão 12

Considere que determinado usuário está editando um documento extenso no *Word 365* (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil) e deseja alterar rapidamente uma palavra específica em diferentes partes do texto. O recurso mais adequado para essa tarefa é:

- A) Utilizar o Painel de Navegação para localizar os termos e editar manualmente cada ocorrência encontrada no documento.
- B) Aplicar o recurso de Controle de Alterações para modificar o termo desejado e revisar posteriormente as substituições realizadas.
- C) Aplicar um estilo de texto ao termo desejado para padronizar sua formatação e facilitar sua identificação ao longo do documento.
- D) Utilizar a ferramenta Localizar e Substituir para identificar automaticamente todas as ocorrências e realizar a substituição de forma sistemática.



Questão 13

Durante o controle das atividades da Guarda Municipal, uma planilha do *Microsoft Excel 365* (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil) é utilizada para registrar se cada viatura realizou ou não atendimento durante o turno. Para facilitar a organização dos registros, o supervisor deseja que a planilha apresente automaticamente “Com atendimento” quando o valor informado na célula C2 for maior que zero, e “Sem atendimento” quando o valor for igual a zero:

	A	B	C	D
1	Viatura	Turno	Ocorrências	Status
2	VTR-01	Manhã	0	
3	VTR-02	Tarde	2	
4	VTR-03	Noite	1	
5	VTR-04	Manhã	0	

Com base nas informações, assinale, a seguir, a fórmula a ser utilizada na célula D2.

- A) =SE(C2>0;"Com atendimento";"Sem atendimento")
- B) =SE(C2<0;"Com atendimento";"Sem atendimento")
- C) =SE(C2>=0;"Com atendimento";"Sem atendimento")
- D) =SE(C2=>0;"Com atendimento";"Sem atendimento")

Questão 14

Determinada prefeitura municipal decidiu hospedar seu novo sistema de Gestão de Protocolo em uma plataforma de computação em nuvem. Ao adotar essa tecnologia, a Administração busca otimizar o trabalho dos servidores e melhorar o atendimento ao cidadão. Com base nas características da computação em nuvem, assinale a afirmativa correta.

- A) A utilização de *softwares* em nuvem requer, em muitos casos, equipamentos com maior capacidade de processamento local para execução das aplicações.
- B) A computação em nuvem reduz a necessidade de medidas de segurança locais, uma vez que a proteção dos dados é realizada apenas pelo provedor do serviço.
- C) Uma característica central da nuvem é o fornecimento de recursos sob demanda, permitindo que a instituição utilize mais ou menos processamento e armazenamento conforme a necessidade.
- D) O acesso aos serviços em nuvem pode ocorrer por meio da infraestrutura de rede da instituição, estando associado à disponibilidade de recursos locais para viabilizar a conexão e o uso das aplicações.

Questão 15

O aumento de mais de 300% nos ataques cibernéticos contra órgãos públicos e instituições financeiras em 2026 reflete a maior sofisticação tecnológica e a industrialização do crime digital. Com maior poder computacional, os agentes *hackers* têm se especializado cada vez mais em automação e inteligência artificial, aumentando o potencial de ameaça para violar a segurança cibernética. Entre janeiro e fevereiro de 2025, registrou-se uma média de 1.500 notificações de ataques; em 2026, esse número subiu para mais de 4.600 casos por mês.

(Disponível em: <https://cbn.globo.com/brasil/noticia/>. Acesso em: abril de 2026. Fragmento.)

A sofisticação e a automação permitem que criminosos executem ações coordenadas contra sistemas digitais. Em uma situação hipotética, o portal de uma prefeitura apresentou instabilidade e interrupções de acesso após receber um volume elevado de tráfego, comprometendo a capacidade de resposta dos servidores, sem que houvesse violação de dados ou acesso indevido a informações. O tipo de ataque descrito nesse cenário é:

- A) *Phishing*.
- B) *Ransomware*.
- C) Ataque de Força Bruta.
- D) Negação de Serviço (DoS/DDoS).

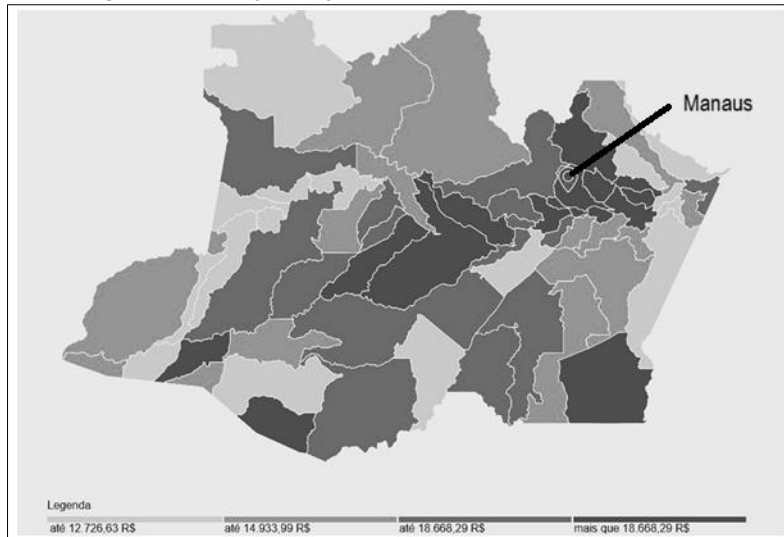


GEOGRAFIA E HISTÓRIA DE MANAUS

Questão 16

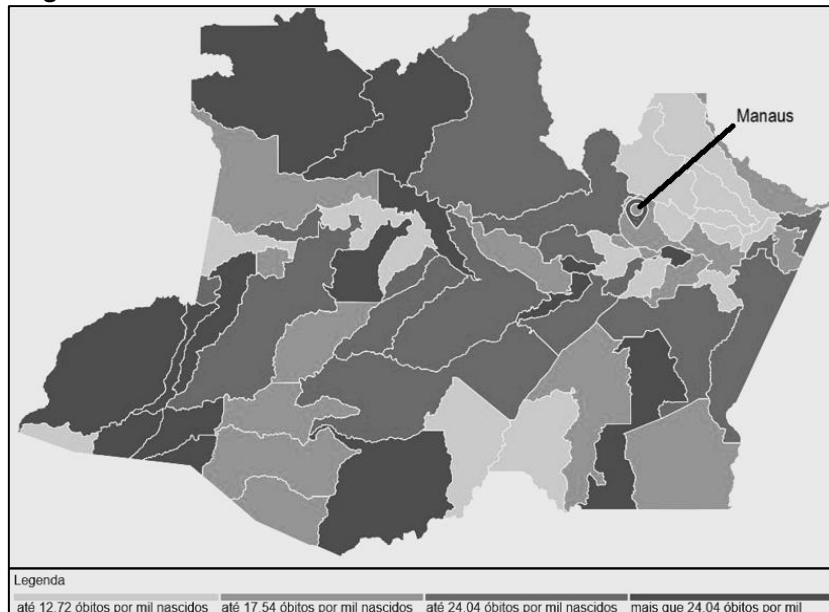
Observe os dois cartogramas a seguir, ambos do estado do Amazonas em 2023.

Cartograma 1: PIB *per capita* do estado do Amazonas em 2023



(Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/panorama>. Acesso em: abril de 2026.)

Cartograma 2: Taxa de mortalidade infantil no estado do Amazonas em 2023



(Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/manaus/panorama>. Acesso: abril de 2026.)

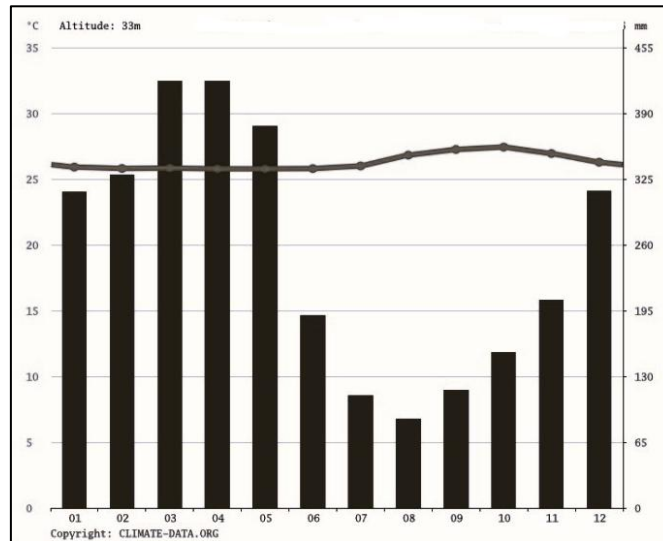
Com base na análise dos cartogramas a respeito do PIB *per capita* e da taxa de mortalidade infantil no estado do Amazonas em 2023, assinale a afirmativa correta.

- A) As cidades com as maiores taxas de mortalidade infantil do Amazonas estão concentradas nas proximidades da capital do estado – Manaus.
- B) As cidades com os menores valores de PIB *per capita* do Amazonas estão concentradas tanto a Leste quanto a Oeste da capital do estado.
- C) As cidades próximas a Manaus com os maiores PIB *per capita* são aquelas que apresentam, também, as maiores taxas de mortalidade infantil.
- D) As cidades próximas a Manaus com os menores PIB *per capita* são aquelas que apresentam, também, as menores taxas de mortalidade infantil.



Questão 17

Observe o climograma da cidade de Manaus.



(Disponível em: <https://en.climate-data.org/south-america/brazil/amazonas/manaus-1882/>. Acesso em: abril de 2026.)

Com base na análise da imagem, assinale a afirmativa correta.

- A) A pluviosidade anual da cidade de Manaus é superior a 4.500 mm de chuva.
- B) A amplitude térmica anual na cidade de Manaus é inferior a 5 graus Celsius.
- C) A temperatura média mensal de Manaus, no inverno, é inferior a 10 graus Celsius.
- D) A pluviosidade média mensal em Manaus é superior a 300 mm, em todos os meses.

Questão 18

O Estado é central na produção do espaço, pois regula o solo urbano por meio dos mecanismos legais (Plano Diretor, Códigos de Obras/Posturas, Parcelamento do Solo Urbano, Uso e Ocupação, Delimitação da Área Urbana, entre outros) e tributários (taxas e impostos, principalmente via IPTU), além do exercício do poder de polícia (autorizações, fiscalizações e concessões) e do protagonismo do planejamento/gestão urbana.

(MOLINARI, D. *Crescimento urbano de Manaus (1970-2023) e o papel do Estado – breves considerações*. ACTA GEOGRÁFICA, Vol. 19, nº 53, 2025, p. 182.

Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/8624>. Acesso em: abril de 2026.)

Com base no fragmento do texto e, ainda, considerando o processo de urbanização da cidade de Manaus, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A expansão urbana de Manaus é reflexo direto e/ou indireto da criação da Zona Franca de Manaus (ZFM) e do Polo Industrial de Manaus (PIM).
- B) Em razão do crescimento econômico e populacional foi criada a Região Metropolitana de Manaus, a partir da Lei Complementar nº 52/2007.
- C) A criação da Zona Franca elevou o crescimento econômico de Manaus e aumentou a oferta de trabalho voltada basicamente para atender ao parque industrial instalado.
- D) A Prefeitura Municipal de Manaus, desde a década de 1920, tem atuado no planejamento urbano da cidade, construindo conjuntos habitacionais na zona norte do município.



Questão 19

Iphan entrega certificados de Patrimônio Cultural Brasileiro aos bois-bumbá de Manaus

Os bois-bumbá Brilhante, Clamor de Um Povo, Corre Campo, Galante, Garanhão e Tira Prosa, de Manaus, receberam do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) os certificados de Patrimônio Cultural Brasileiro. A entrega ocorreu na última sexta-feira (22/08), durante a programação do Mês do Patrimônio no estado. As seis agremiações integram o Complexo Cultural do Boi-Bumbá do Médio Amazonas e Parintins, registrado como Patrimônio Cultural do Brasil em 2018. A entrega reforça a política de salvaguarda do Iphan e amplia a visibilidade da tradição, que é parte da identidade cultural amazônica e brasileira.

(Disponível em: <https://www.gov.br/iphane/pt-br/assuntos/noticias/>. Acesso em: março de 2026. Fragmento. Adaptado.)

O Boi-Bumbá é uma festa popular e coletiva que movimenta comunidades inteiras e tem grande importância no Amazonas, especialmente em Parintins e nos municípios do Médio Amazonas. Sobre essa celebração, é correto afirmar que:

- A) As origens dessa manifestação misturam diferentes influências, com elementos indígenas, afro-brasileiros e nordestinos.
- B) O Boi de Terreiro e o Boi de Rua se apresentam sempre no mesmo evento, pois mantêm as mesmas funções e tradições, que não podem ser alteradas.
- C) Em todas as formas de apresentação, o Boi-Bumbá faz o papel de vários outros personagens do folclore amazonense (Caipora, Boitatá, entre outros).
- D) O Boi de Arena, o mais antigo de todos, é representado por dois bois – o Caprichoso e o Garantido – que se unem para coordenar todos os espetáculos.

Questão 20

Considere, hipoteticamente, que, durante uma aula de história para alunos de ensino médio, a professora Elaine propôs que os alunos, através de pesquisas, comprovassem a importância do Rio Negro para a cidade de Manaus, desde seus primórdios, até os dias atuais. Para tanto, em grupo, os alunos poderiam utilizar os recursos que quisessem, desde que as fontes fossem bem comprovadas. Tendo em vista a veracidade dos fatos, foi considerada correta a premissa que afirma que:

- A) O Rio Negro é o berço histórico da cidade, motor econômico e fonte de sustento para ribeirinhos e, ainda hoje, um dos seus principais atrativos turísticos.
- B) Graças ao Rio Negro e sua produção aurífera, Manaus se originou e pôde viver sua época áurea e, até hoje, rende muito lucro em torno da exploração turística.
- C) Manaus foi criada no século XVII, sendo o Rio Negro a única forma de fixar o domínio português na região amazônica. Atualmente é, uma das vias de transporte mais utilizadas.
- D) O Rio Negro representou a salvaguarda lusitana contra os invasores holandeses, franceses e ingleses, e hoje representa a linha de segurança contra o contrabando de mercadorias.

ÉTICA E DIREITOS HUMANOS

Questão 21

Durante o patrulhamento preventivo em uma praça pública, uma equipe da Guarda Municipal de determinado município intervém em uma manifestação pacífica que ocupava o local. No decorrer da ação, para dispersar um grupo que se recusava a sair de uma área isolada, um dos guardas utiliza força desproporcional, resultando em lesões graves a um cidadão que filmava a ação. O Estado brasileiro já foi anteriormente instado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos a observar protocolos de uso da força. Diante do regime jurídico da responsabilidade do Estado e dos tratados internacionais de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil, assinale a afirmativa correta.

- A) O município responde objetivamente pelos danos causados pelo Guarda Municipal, com base na Teoria do Risco Administrativo, e o Estado brasileiro pode vir a ser responsabilizado internacionalmente por violação ao dever de garantia, independentemente da autonomia federativa do ente municipal.
- B) A configuração da responsabilidade internacional do Estado brasileiro exige a demonstração de que o Guarda Municipal agiu com a intenção deliberada de violar direitos humanos, uma vez que o erro de fato ou o excesso culposos em estrito cumprimento do dever legal exclui a ilicitude do ato no plano internacional.
- C) Por se tratar de um agente público municipal, a responsabilidade internacional por eventual violação de direitos humanos recai sobre o município infrator, eximindo a União Federal de responder perante o Sistema Interamericano, conforme o princípio da subsidiariedade previsto no Pacto de São José da Costa Rica.
- D) A responsabilidade civil do município, no plano interno, é subjetiva, dependendo da comprovação de dolo ou culpa do Guarda Municipal para gerar dever de indenizar, embora, no plano internacional, a responsabilidade do Estado brasileiro seja objetiva e direta perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.



Questão 22

No âmbito de um município que busca adequar as atividades de sua Guarda Municipal às diretrizes internacionais de proteção aos direitos humanos, a Secretaria de Segurança Pública local institui um novo protocolo de policiamento comunitário. O documento fundamenta-se expressamente na Declaração de Pequim, adotada pela Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres (1995). Durante uma capacitação, um Guarda Municipal questiona sobre as obrigações específicas do poder público em relação à violência contra a mulher e ao empoderamento feminino nas estruturas de segurança. Com base nos objetivos estratégicos e nos compromissos assumidos pelo Estado na Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, adotada pela Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, assinale a afirmativa correta.

- A) A Declaração de Pequim estabelece que a responsabilidade pela erradicação da violência contra a mulher nas cidades é atribuída às forças de segurança de natureza militar, cabendo às Guardas Municipais suporte logístico em eventos de baixa periculosidade, visando preservar a autonomia administrativa local.
- B) A Declaração de Pequim estabelece que as diretrizes internacionais de gênero têm primazia absoluta sobre as Constituições Nacionais, autorizando organismos internacionais a intervirem diretamente na gestão das Guardas Municipais caso não haja a implementação imediata de protocolos de empoderamento feminino.
- C) A Plataforma de Ação de Pequim determina que a igualdade de gênero nas instituições de segurança pública deve ser alcançada por meio da reserva compulsória de cinquenta por cento das vagas de comando para mulheres, sob pena de sanção pecuniária imediata, aplicada pela Organização das Nações Unidas ao ente federativo infrator.
- D) O poder público, em todos os seus níveis, compromete-se a adotar medidas integradas para prevenir e eliminar a violência contra as mulheres, sendo um objetivo estratégico da Plataforma de Ação de Pequim o incentivo à participação plena e igualitária das mulheres em todas as esferas da sociedade, incluindo a formulação de políticas de segurança e a gestão de conflitos.

Questão 23

No exercício de suas funções de patrulhamento em um parque municipal, determinada equipe da Guarda Municipal é acionada para intervir em uma confusão em um quiosque de alimentação. Ao chegarem ao local, os guardas constatam que o proprietário do estabelecimento impediu o acesso de um grupo de jovens às mesas de atendimento, alegando, explicitamente, que “não servia pessoas daquela cor”, determinando que eles se retirassem de imediato. Diante da conduta do proprietário e, ainda, considerando os preceitos da Lei Federal nº 7.716/1989, assinale a afirmativa que descreve corretamente a tipificação e o regime jurídico aplicável.

- A) A tipificação de crime de racismo prevista na lei em questão exige que a ofensa seja direcionada à honra subjetiva de uma vítima específica, não se aplicando aos casos de recusa de atendimento coletivo.
- B) O ato de impedir o acesso ou recusar atendimento em estabelecimentos comerciais por motivo de preconceito de raça ou cor configura crime tipificado na referida lei, sendo tal infração inafiançável e imprescritível.
- C) A conduta do proprietário configura crime de injúria racial, sendo uma infração de menor potencial ofensivo que admite a lavratura de termo circunstanciado de ocorrência pelos próprios Guardas Municipais no local.
- D) Por se tratar de um estabelecimento privado, a conduta do proprietário é protegida pelo princípio da livre iniciativa, não havendo tipificação criminal na Lei nº 7.716/1989, restando aos jovens apenas a esfera cível para reparação de danos.

Questão 24

Determinada equipe da Guarda Municipal, no exercício de suas atribuições em uma unidade de pronto atendimento municipal, é acionada por assistentes sociais para intervir em uma ocorrência envolvendo uma cidadã de 72 anos. Constatou-se que a idosa foi deixada no local por seu tutor legal, que, após o atendimento médico paliativo, recusou-se a levá-la de volta para casa ou providenciar sua internação em entidade de longa permanência, alegando que não possuía mais paciência ou recursos para o cuidado diário, deixando-a desamparada nas dependências da unidade de saúde. Diante do que preceitua a Lei Federal nº 10.741/2003 – Estatuto da Pessoa Idosa, sobre a tipificação penal e a natureza da ação, assinale a afirmativa correta.

- A) A conduta do tutor configura o crime de abandono de pessoa idosa em hospitais ou casas de saúde, sendo um crime de ação penal pública incondicionada, punível com pena de detenção e multa.
- B) A configuração do crime de abandono exige que a vítima sofra uma lesão corporal grave decorrente da omissão do tutor; caso contrário, a conduta é considerada atípica sob o ponto de vista criminal.
- C) Por se tratar de ambiente hospitalar, o crime de abandono só se configura se o agente for funcionário da unidade de saúde, sendo que a conduta do familiar é tratada como abandono material previsto no Código Penal.
- D) O fato narrado constitui infração administrativa passível de multa a ser aplicada pelo Conselho Municipal do Idoso, não havendo previsão de sanção penal no Estatuto para casos de abandono em unidades de saúde pública.



Questão 25

Durante patrulhamento ordinário realizado por Guarda Municipal em unidade de conservação ambiental do município de Manaus, um empresário local aborda o agente público após ter seu veículo regularmente retido em razão de estacionamento em local proibido, com conseqüente dano à vegetação protegida. Na ocasião, o particular oferece ao Guarda Municipal um convite de alto valor para evento social privado, qualificando-o como “cortesia institucional” em reconhecimento ao trabalho desempenhado pela equipe. De forma expressa, condiciona a oferta à liberação imediata do veículo, sem a adoção das medidas administrativas cabíveis, especialmente a lavratura do auto de infração correspondente. Diante das disposições do Decreto Municipal nº 6.153/2025, que institui o Código de Conduta Ética do Agente Público e da Alta Administração do município de Manaus, assinale a afirmativa correta.

- A) A aceitação de presentes ou vantagens é permitida pela legislação municipal de Manaus sempre que houver uma contrapartida de interesse público evidente, como a manutenção da harmonia social entre a Administração e o setor privado local.
- B) A conduta de receber o convite é considerada ética e lícita, desde que o Guarda Municipal comunique o recebimento à sua chefia imediata em até quarenta e oito horas, independentemente de ter realizado ou não o ato de ofício solicitado pelo particular.
- C) O agente público poderá aceitar o convite, desde que o valor do benefício não ultrapasse o teto de remuneração do funcionalismo municipal, uma vez que a hospitalidade oferecida por particulares integra a política de relações públicas e cortesia prevista no Código de Conduta.
- D) O Guarda Municipal deve recusar a vantagem oferecida, pois o Código de Conduta Ética veda ao agente público aceitar presentes, benefícios ou vantagens de pessoa que tenha interesse em decisão de sua competência, configurando tal ato uma violação aos princípios da impessoalidade e da moralidade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 26

Raquel, brasileira, mudou-se para a Argentina, onde adotou duas crianças estrangeiras – Luísa e Samuel. A adoção foi regular e definitiva. Após a adoção, Raquel registrou as certidões de nascimento e de adoção dos filhos no consulado brasileiro naquele país. Ao retornar ao Brasil, ingressou com pedido na Justiça Federal para que fossem reconhecidos como brasileiros natos. À luz da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta.

- A) A igualdade entre filhos prevista na Constituição restringe-se ao Direito de Família, não alcançando o direito à nacionalidade.
- B) O reconhecimento da nacionalidade originária dependeria, necessariamente, de residência no Brasil e opção formal após a maioridade.
- C) Filhos adotivos de brasileiros, nascidos no exterior e registrados em repartição consular, têm direito à nacionalidade brasileira originária.
- D) O reconhecimento da nacionalidade originária exige vínculo biológico, não sendo extensível aos filhos adotivos, ainda que registrados em repartição consular brasileira.

Questão 27

Sete partidos políticos ingressaram, perante o Supremo Tribunal Federal (STF), com Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), requerendo o reconhecimento da existência de racismo estrutural no Brasil e a declaração de um estado de coisas inconstitucional, diante da alegada omissão estatal na adoção de medidas eficazes para o enfrentamento da desigualdade racial. À luz da jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

- A) O STF entendeu que não há racismo estrutural no Brasil e rejeitou a existência de estado de coisas inconstitucional.
- B) O STF reconheceu que não há racismo estrutural no Brasil, mas declarou a existência de um estado de coisas inconstitucional.
- C) O STF reconheceu a existência de racismo estrutural no Brasil, mas rejeitou a configuração de estado de coisas inconstitucional.
- D) O STF reconheceu a existência de racismo estrutural no Brasil e declarou a existência de um estado de coisas inconstitucional, em razão da omissão estatal.



Questão 28

Diante de grave instabilidade institucional localizada em determinada região do país, o Presidente da República decreta o estado de defesa, nos termos da Constituição Federal de 1988, com o objetivo de preservar ou restabelecer a ordem pública e a paz social. São medidas constitucionalmente admitidas nessa hipótese:

- A) Intervenção em empresas de serviços públicos e requisição de bens, com suspensão da liberdade de reunião e de imprensa.
- B) Obrigação de permanência em localidade determinada e restrições relativas à inviolabilidade de correspondência, comunicação e liberdade de imprensa.
- C) Restrição ao direito de reunião, ainda que exercida no seio de associações, bem como ao sigilo de correspondência e de comunicação telegráfica e telefônica.
- D) Busca e apreensão em domicílio, independentemente de ordem judicial, e possibilidade de detenção em edifícios não destinados a acusados ou condenados por crimes comuns.

Questão 29

João, Guarda Municipal de Manaus, aprovado em concurso público, adquiriu estabilidade após três anos de efetivo exercício. Posteriormente, foi demitido em decorrência de processo administrativo disciplinar. Algum tempo depois, decisão judicial transitada em julgado reconheceu a nulidade do processo administrativo e determinou sua reintegração ao cargo. Durante o período em que João esteve afastado, sua vaga foi ocupada por Maria, também servidora estável, que anteriormente ocupava o cargo efetivo de assistente administrativo no mesmo ente público. Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa correta.

- A) João será reintegrado; Maria, independentemente da estabilidade, será readaptada.
- B) Maria deverá ser exonerada do cargo, sem qualquer garantia funcional, em razão da reintegração de João.
- C) João não poderá ser reintegrado ao cargo, devendo apenas ser indenizado, em razão da ocupação da vaga por servidora estável.
- D) João será reintegrado ao cargo; e Maria será reconduzida ao cargo de origem, sem direito a indenização, podendo ser aproveitada em outro cargo ou colocada em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Questão 30

À luz da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre segurança pública, assinale a afirmativa correta.

- A) Guardas Municipais não podem realizar busca pessoal em via pública quando houver fundada suspeita de prática delitiva.
- B) É constitucional a inclusão de instituto socioeducativo estadual no rol de órgãos responsáveis pela segurança pública da respectiva unidade federativa.
- C) O fato de as Guardas Municipais não terem sido incluídas nos incisos do art. 144, *caput*, da CF/88, afasta a constatação de que elas exercem atividade de segurança pública e integram o Sistema Único de Segurança Pública.
- D) É constitucional norma estadual que permite o aproveitamento transitório e por prazo certo de policiais militares da reserva remunerada em tarefas relacionadas ao planejamento e assessoramento no âmbito da Polícia Militar ou para integrarem a segurança patrimonial em órgão da Administração Pública.

DIREITO PENAL

Questão 31

Durante evento beneficente promovido pela Associação de Amigos dos Pacientes com Câncer (AAPC), entidade civil sem fins lucrativos voltada à assistência de pacientes oncológicos, Judith, que era atendida pelos programas da instituição, subtraiu, para si, um cofre utilizado para arrecadação de doações espontâneas. Para viabilizar a execução da conduta, Judith induziu seu filho, de 11 anos de idade, a retirar o objeto do local onde se encontrava e entregá-lo a ela, ocasião em que o ocultou no interior de sua bolsa. A ação foi percebida por terceiros, que acionaram a Polícia Militar. Ao realizarem a abordagem, os agentes localizaram o referido cofre na posse de Judith, constatando que em seu interior havia a quantia de R\$ 10,00. Diante desse contexto, a Defesa de Judith alegou a aplicação do Princípio da Insignificância, em razão do reduzido valor patrimonial do bem subtraído. Considerando o caso hipotético, à luz do entendimento consolidado nos Tribunais Superiores, é correto afirmar que no presente caso o Princípio da Insignificância:

- A) É aplicável, pois o reduzido valor patrimonial do bem, por si só, afasta a tipicidade material da conduta de Judith.
- B) É inaplicável, pois sua incidência é restrita a crimes culposos ou de menor potencial ofensivo, expressamente previstos em lei.
- C) É inaplicável, pois a conduta revela elevado grau de reprovabilidade e ofensividade social, notadamente pelo induzimento de menor e pela natureza assistencial da vítima.
- D) É aplicável, desde que a infratora seja primária e não haja prejuízo patrimonial relevante à vítima, circunstâncias suficientes para afastar a tipicidade formal da conduta de Judith.



Questão 32

Charles, cidadão estrangeiro, ingressou no Brasil com o objetivo de divulgar a religião da qual é adepto. Segundo suas convicções, acreditava que determinados “rituais de purificação energética” de ambientes, como bairros e vizinhanças, legitimariam a destruição de bens considerados “amaldiçoados”, ainda que pertencentes a terceiros e sem a anuência destes. Convencido dessa crença, Charles adentrou, sem autorização, o quintal de seu vizinho, onde este mantinha um altar com imagens religiosas, passando a destruir tais objetos. Em razão da conduta, a Guarda Municipal foi acionada e interveio para cessar a ação. Posteriormente, ao ser questionado pela autoridade policial, Charles alegou desconhecer a ilicitude de seu comportamento, afirmando ter agido no exercício legítimo de sua crença religiosa. Considerando a Teoria do Crime e a disciplina do Erro de Proibição no Código Penal brasileiro, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Caso o erro de proibição seja inevitável, haverá exclusão da culpabilidade do agente, afastando-se a aplicação de pena.
- B) Caso o erro de proibição seja evitável, o agente responderá pelo delito, podendo haver redução de pena, nos termos do Código Penal.
- C) O erro de proibição incide sobre os elementos constitutivos do tipo penal, afastando o dolo e, conseqüentemente, a tipicidade da conduta.
- D) O erro de proibição ocorre quando o agente, embora conheça os elementos fáticos da conduta, incorre em equívoco quanto à sua proibição, afetando a potencial consciência da ilicitude.

Questão 33

Interessada amorosamente em Hildefonso, Joana passou a enviar, de forma reiterada, mensagens de cunho insinuante para este, por meio do aplicativo de mensagens “Whatsapp”. Após tomar conhecimento dos fatos, Mayara, esposa de Hildefonso, dominada por violenta emoção, dirigiu-se até a residência de Joana e, em via pública, na presença de diversos vizinhos, passou a gritar, afirmando que “estava ali à procura de Joana, aquela meretriz, sem caráter e destruidora de lares que reside naquele local.”. Acionada, a Guarda Municipal compareceu ao local, interrompeu a conduta e conduziu Mayara à autoridade policial para as providências cabíveis. Considerando o caso hipotético narrado, é correto afirmar que a conduta de Mayara:

- A) Configura calúnia, pois houve imputação indireta de comportamento desonroso equiparável à prática de crime contra a dignidade sexual, ainda que sem descrição típica expressa.
- B) Configura injúria, pois consistiu na atribuição de qualidades negativas à vítima, atingindo sua dignidade e decoro, ainda que a ofensa tenha ocorrido em local público e na presença de terceiros.
- C) É atípica, tendo em vista que foi praticada sob o domínio de violenta emoção decorrente de injusta provocação da vítima, circunstância que exclui a imputabilidade penal nos crimes contra a honra.
- D) Configura difamação, pois houve atribuição de fatos determinados ofensivos à reputação da vítima, sendo irrelevante que tais afirmações tenham sido exteriorizadas por meio de palavras genéricas.

Questão 34

Os tipos penais que integram o título “Dos Crimes Contra a Administração Pública” têm por finalidade tutelar bens jurídicos relacionados à probidade administrativa, à moralidade no exercício da função pública e ao regular funcionamento da máquina estatal, reprimindo condutas que atentem contra a integridade da atuação administrativa. Nesse contexto, o Código Penal brasileiro distingue condutas praticadas por funcionários públicos contra a Administração daquelas praticadas por particulares, bem como tipifica delitos que atentam contra a própria Administração da Justiça. Com base nessas premissas, analise as afirmativas a seguir.

- I. Configura-se o crime de concussão quando o funcionário público exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem indevida, utilizando-se da função pública como fundamento de sua atuação, ainda que a exigência ocorra fora do exercício direto da função ou antes de assumi-la, mas desde que relacionada às suas atribuições.
- II. A obtenção de vantagem indevida por agente público, mediante solicitação ou aceitação em razão da função, subsume-se ao tipo penal de corrupção ativa, desde que evidenciado o nexo de causalidade com a atuação estatal e a indevida mercantilização do exercício da função pública.
- III. A prevaricação resta configurada quando o agente público, no âmbito de sua competência, se afasta do dever funcional de agir conforme o interesse público, retardando, omitindo ou praticando ato de ofício em desconformidade com a lei, desde que presente motivação pessoal, ainda que ausente vantagem patrimonial.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.



Questão 35

Durante patrulhamento preventivo noturno por distritos rurais, agentes da Guarda Municipal da cidade Alfa foram acionados por moradores que relataram movimentações suspeitas em terreno utilizado para a criação de animais. No local, os agentes flagraram Caio e Bruno evadindo-se com duas cabeças de gado recém-subtraídas, sendo constatado que, para acessar a propriedade, houve o rompimento da cerca perimetral. Apurou-se, ainda, que a subtração ocorreu durante o repouso noturno e que os infratores pretendiam levar os animais para outro ponto da cidade, onde seriam abatidos. Conduzidos à autoridade policial, Caio alegou que acreditava tratar-se de animais abandonados (*res nullius*), enquanto Bruno afirmou que apenas auxiliou no transporte. Diante dos fatos, a autoridade policial instaurou procedimento para apuração do crime de furto. A respeito do crime de furto (art. 155, CP), considerando as disposições do Código Penal e à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () A subtração de semovente domesticável de produção configura hipótese de furto qualificado, sendo irrelevante, para tal qualificação, o fato de o animal ter sido abatido no local ou posteriormente.
- () O rompimento da cerca para acesso à propriedade caracteriza qualificadora do furto, sendo necessária, em regra, a comprovação por meio de exame pericial.
- () A prática do crime durante o repouso noturno constitui causa de aumento de pena, passível de incidência tanto no furto simples quanto no furto qualificado.
- () O erro de tipo quanto à natureza de coisa alheia, caso comprovado que o agente acreditava tratar-se de *res nullius*, afasta o dolo e, conseqüentemente, a tipicidade do crime de furto.

A sequência está correta em

- A) F, F, V, F.
- B) F, F, V, V.
- C) V, V, F, F.
- D) V, V, F, V.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 36

Durante patrulhamento ostensivo em uma área comercial de Manaus, determinada equipe da Guarda Municipal, que realizava apoio à fiscalização do patrimônio público municipal, identificou um indivíduo suspeito de furtos e acionou guarnição da Polícia Militar. Após abordagem e consulta ao sistema integrado, constatou-se a existência de mandado de prisão preventiva em desfavor do abordado, expedido por juízo criminal de outro estado da federação e regularmente registrado no Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP). Ao ser informado sobre a ordem judicial, o indivíduo fugiu e refugiou-se no interior da residência de um familiar. Às 10h, a equipe cercou o imóvel e intimou o morador a entregar o procurado. Diante da recusa e do fato de o suspeito ter trancado as portas, os policiais ingressaram no imóvel para efetuar a captura. No momento da prisão, o indivíduo ofereceu resistência física agressiva, tentou atingir um dos agentes e dirigiu-se para os fundos da residência, evidenciando risco concreto de nova fuga. Os policiais utilizaram algemas, formalizando a justificativa por escrito logo em seguida, e encaminharam o preso à autoridade policial. Considerando a Constituição Federal de 1988, o Código de Processo Penal e a jurisprudência sumulada do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que a prisão foi:

- A) Irregular, pois o uso de algemas em crimes patrimoniais depende de circunstância excepcional relacionada à resistência, ao risco de fuga ou ao perigo à integridade física dos envolvidos.
- B) Irregular, pois o mandado de prisão expedido por juízo de outro estado da federação exige prévia expedição de carta precatória para produzir efeitos fora da circunscrição territorial originária.
- C) Irregular, pois o ingresso em domicílio para cumprimento de mandado de prisão, sem consentimento do morador, exige mandado judicial específico de busca domiciliar para o endereço em que o procurado se encontra.
- D) Regular, pois o mandado registrado no BNMP possui eficácia em todo o território nacional; o ingresso no domicílio é legítimo durante o dia, após recusa de entrega do procurado; e o uso de algemas encontra amparo na resistência física, no risco concreto de fuga e na justificativa formal apresentada pelos agentes.



Questão 37

Durante patrulhamento preventivo em uma praça pública de Manaus, determinada equipe da Guarda Municipal observou um indivíduo retirando o aparelho celular de uma turista e fugindo imediatamente em direção à área de comércio popular. Os guardas iniciaram perseguição ininterrupta, conseguindo alcançá-lo dez minutos depois, em via pública adjacente, ainda portando o telefone subtraído e a faca utilizada na grave ameaça. O conduzido foi apresentado à autoridade policial, que lavrou o auto de prisão em flagrante após ouvir o condutor, a vítima e as testemunhas. A prisão foi comunicada imediatamente ao juiz, ao Ministério Público e à pessoa indicada pelo preso. Vinte horas após a captura, ainda dentro do prazo legal, o preso recebeu a nota de culpa assinada pela autoridade. O auto foi encaminhado ao Poder Judiciário e a audiência de custódia foi realizada, nos termos da legislação vigente, oportunidade em que o magistrado analisou a legalidade do ato e a necessidade de conversão da custódia em prisão preventiva. Considerando o Código de Processo Penal, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e as normas vigentes sobre audiência de custódia, é correto afirmar que a situação retratada configura flagrante:

- A) Presumido, pois o agente foi encontrado com o objeto do crime após a fuga; a audiência de custódia, por sua vez, demanda a presença física do preso perante o magistrado.
- B) Facultativo, para a Guarda Municipal a nota de culpa deve ser entregue no momento da captura; e a audiência de custódia resulta em relaxamento da prisão quando houver resistência do conduzido.
- C) Impróprio, uma vez que houve perseguição logo após o delito; a nota de culpa foi entregue no prazo de vinte e quatro horas; e a audiência de custódia foi realizada nos termos da lei, exigindo decisão judicial fundamentada sobre a manutenção da prisão.
- D) Próprio, pois o agente foi encontrado com instrumentos do crime; a comunicação da prisão ao juiz deve ocorrer em até vinte e quatro horas; e a conversão em prisão preventiva na audiência de custódia prescinde de fundamentação sobre o risco decorrente da liberdade do preso.

Questão 38

No exercício de suas atribuições, determinada equipe da Guarda Municipal de Manaus isolou o local de um furto ocorrido em prédio público municipal, após constatar que o autor do crime arrombou uma janela e deixou ferramentas no ambiente. Contudo, antes da chegada dos peritos criminais, a área foi invadida por terceiros, que alteraram a posição dos objetos e removeram vestígios biológicos. Posteriormente, o suspeito foi detido e confessou integralmente a prática do delito durante o interrogatório. Considerando as disposições do Código de Processo Penal sobre prova, meios de prova e preservação do local de crime, assinale a afirmativa correta.

- A) No sistema processual penal brasileiro, vigora o sistema da prova tarifada, que estabelece valor previamente fixado para cada meio de prova e vincula a decisão judicial à hierarquia legal entre eles.
- B) O interrogatório do investigado possui valor probatório absoluto no processo penal brasileiro, de modo que a confissão do autor supre a necessidade de realização de exame de corpo de delito, mesmo em crimes que deixam vestígios.
- C) A preservação do local de crime é de responsabilidade exclusiva dos peritos criminais, de modo que os agentes de segurança que primeiro chegarem ao local não possuem o dever legal de isolar a área antes da requisição oficial da perícia.
- D) A preservação do local de crime é etapa fundamental da cadeia de custódia e visa garantir a idoneidade dos vestígios para a perícia; entretanto, a alteração do estado das coisas antes da chegada dos peritos não impede a realização do exame, devendo os peritos registrar as alterações no laudo.

Questão 39

Durante patrulhamento em uma feira municipal de Manaus, determinada equipe da Guarda Municipal abordou um indivíduo suspeito de furtar mercadorias de barracas da região. Sem autorização judicial e sem situação de flagrância, um dos agentes acessou o conteúdo do telefone celular do suspeito e encontrou mensagens que indicavam a existência de objetos furtados em um depósito próximo. Posteriormente, com base em denúncia anônima e em diligências independentes realizadas pela Polícia Civil, foi obtido mandado judicial de busca e apreensão para o local indicado, onde foram encontrados diversos produtos furtados e documentos relacionados ao comércio irregular. Considerando as disposições do Código de Processo Penal sobre provas ilícitas e provas derivadas, assinale a afirmativa correta.

- A) A busca e apreensão realizadas no depósito possuem validade automática, pois decorreram de mandado judicial, ainda que fundado em prova ilícita anteriormente produzida.
- B) As mensagens extraídas do telefone celular e todos os objetos encontrados posteriormente devem ser considerados inadmissíveis, pois derivam de uma atuação inicial irregular.
- C) A prova documental obtida no depósito possui maior valor do que a prova digital extraída do telefone celular, razão pela qual prevalece sobre eventual irregularidade praticada durante a investigação.
- D) O acesso ao conteúdo do celular sem autorização judicial configura prova ilícita; entretanto, os objetos encontrados posteriormente podem ser admitidos se demonstrada a existência de fonte independente para obtenção da prova.



Questão 40

Durante patrulhamento preventivo em um parque municipal de Manaus, determinada equipe da Guarda Municipal foi acionada por frequentadores que relataram uma discussão acalorada entre dois homens. No local, os guardas verificaram que um dos envolvidos havia praticado vias de fato e proferido ameaças contra o outro, condutas enquadradas como infrações de menor potencial ofensivo. Os agentes conduziram as partes à delegacia, onde a autoridade policial lavrou Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO), colheu a versão dos envolvidos e das testemunhas, e encaminhou o procedimento ao Juizado Especial Criminal (JECRIM). O autor do fato assumiu compromisso de comparecer em juízo na data designada. Na mesma oportunidade, o ofendido requereu à autoridade policial a instauração de inquérito policial para apurar uma suposta receptação de peças furtadas que estariam na residência do autor do fato. A autoridade policial indeferiu o pedido por ausência de elementos mínimos de autoria e materialidade, informando a possibilidade de recurso. Considerando as disposições do Código de Processo Penal e da Lei Federal nº 9.099/1995, assinale a afirmativa correta.

- A) O procedimento do Termo Circunstanciado dispensa a oitiva de testemunhas e o encaminhamento da vítima ao Juizado, ficando a cargo desta o ajuizamento direto da ação no setor de atermação.
- B) A autoridade policial deveria instaurar o inquérito de ofício para apurar a suposta receptação, independentemente de indícios mínimos, em observância ao princípio da obrigatoriedade da ação penal pública.
- C) O Termo Circunstanciado foi inadequadamente lavrado, pois a autoridade policial deveria instaurar inquérito policial em toda infração ocorrida em logradouro público municipal, independentemente da pena máxima cominada.
- D) O compromisso de comparecimento firmado pelo autor do fato impede a imposição de prisão em flagrante e afasta a exigência de fiança; ademais, do indeferimento do requerimento de instauração de inquérito cabe recurso ao chefe de polícia.

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

Questão 41

Próximo a uma escola de ensino fundamental, no horário de saída dos alunos, determinado Guarda Municipal presencia um motorista acelerando bruscamente seu veículo a uma velocidade visivelmente incompatível com a segurança no local. Intencionalmente, o motorista fazia derrapagens “cantando pneus”, obrigando pedestres e estudantes a correrem para a calçada para não serem atropelados. No momento desse flagrante, o agente de trânsito não portava consigo medidor de velocidade (radar), havendo apenas testemunhas dos fatos. Ao efetuar abordagem ao condutor, o Guarda Municipal ouviu dele: “sem radar, sem multa de velocidade”. Considerando a independência das esferas administrativa e penal no direito de trânsito e, ainda, sob a égide do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e do Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito (MBFT), sobre a posterior conduta do Guarda Municipal, assinale a afirmativa correta.

- A) O agente lavrará o auto de infração de trânsito pelo excesso de velocidade, que é classificada como gravíssima e multiplicada por três. No caso prático, a falta do equipamento “radar” estará suprida com os depoimentos das testemunhas oculares.
- B) No caso, o agente só poderá autuá-lo por outras infrações eventualmente constatadas por ocasião da abordagem. As infrações administrativas e penais do CTB relativas à velocidade exigem a medição por equipamento metrológico aferido pelo INMETRO, sem a qual não serão possíveis a multa nem a ação penal.
- C) O Guarda Municipal não poderá lavrar o auto de infração por excesso de velocidade, em razão da ausência de equipamento medidor. Por outro lado, o agente deverá proceder à prisão em flagrante do motorista pela prática do crime de trânsito que se configurou pelo perigo de dano concreto gerado nas imediações da escola.
- D) O condutor cometeu infração administrativa de trânsito por dirigir com arrancadas bruscas e derrapagens, pela qual deverá ser autuado. Será ilegal eventual prisão em flagrante pelo crime de transitar em velocidade incompatível próximo a escolas por se tratar de delito de perigo abstrato, o que exige ao menos uma vítima lesionada para a tipificação penal.



Questão 42

Determinado Guarda Municipal de Manaus, patrulhando uma das vias principais da capital, observa um motorista conduzindo seu veículo com apenas uma das mãos ao volante, enquanto a outra segura um *smartphone* em altura acima do painel (como se estivesse gravando ou em chamada de vídeo). Ao mesmo tempo, o agente de trânsito percebe que o motorista não usa o cinto de segurança devidamente passado e afivelado. Devido ao fluxo intenso da via e à existência de alguns cruzamentos no trecho, o agente não possui as condições ideais para abordar o veículo com a devida segurança viária. Diante da situação fática, das normas do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e aplicando as diretrizes do Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito (MBFT) relativas ao concurso de infrações e à constatação sem abordagem, assinale a afirmativa correta.

- A) O agente não poderá lavrar nenhum auto de infração, pois tanto a ausência do cinto de segurança quanto o uso do celular exigem abordagem obrigatória para identificar o condutor infrator.
- B) Somente a infração do uso de celular permitirá autuação sem abordagem. A falta do uso de cinto de segurança exige prova fotográfica ou abordagem presencial, sendo nulo o auto lavrado apenas com base na fé pública do agente de trânsito.
- C) Quando não é possível a abordagem, o MBFT adota o princípio da absorção para casos de infrações simultâneas, quando a mais grave absorve a menos grave. O Guarda Municipal deverá lavrar apenas o auto de infração correspondente à conduta de natureza gravíssima de segurar ou manusear o celular.
- D) O agente poderá autuar o condutor sem realizar a abordagem, desde que relate no campo “observações” os motivos que a impossibilitaram. Como as condutas decorrem de ações independentes, deverão ser lavrados dois autos de infração distintos: um para a falta de cinto e outro para o manuseio do celular.

Questão 43

Durante patrulhamento noturno, uma equipe da Guarda Municipal aborda o condutor de um veículo *Jeep Renegade* que realizava manobras de zigue-zague na via. Ao descer do veículo, o condutor apresenta forte odor etílico, fala arrastada e agressividade. Convidado a realizar o teste com etilômetro, ele recusa expressamente. O guarda lavrou o auto de infração pela recusa e conduziu o motorista à Delegacia de Polícia. Considerando as normas do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e os procedimentos normativos do Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito (MBFT) sobre a fiscalização de alcoolemia, assinale a afirmativa correta.

- A) O agente não poderia autuar o condutor pelo ato de recusar-se ao teste de alcoolemia, pois, conforme o MBFT, ao constatar os sinais notórios de embriaguez, a autuação correta e obrigatória é pela conduta de dirigir sob influência de álcool, sendo a recusa absorvida por aquela infração de trânsito.
- B) Ao recusar o teste, o condutor atrai para si a presunção absoluta de embriaguez tanto na esfera administrativa quanto na penal, que são independentes. Por isso, o agente de trânsito deverá autuá-lo pela infração de recusa ao teste com etilômetro, bem como proceder à voz de prisão com base na mesma conduta de recusa.
- C) A Guarda Municipal, por ser órgão do município, não possui competência legal para fiscalizar as infrações de trânsito de “embriaguez ao volante” e “recusa ao teste de alcoolemia”, devendo acionar a Polícia Militar para a lavratura do auto de infração, restringindo-se o órgão municipal à retenção temporária do veículo e condutor no local.
- D) A autuação pela recusa é medida legal, autônoma e válida. Na esfera penal, para a possibilidade de autuação em flagrante pelo delito de trânsito de “embriaguez ao volante”, o Guarda Municipal deverá lavrar o Termo de Constatação de Sinais de Alteração da Capacidade Psicomotora, uma vez que a mera recusa não presume a ocorrência do crime.

Questão 44

Em uma operação de trânsito programada, determinado Guarda Municipal aborda veículo SUV, cujos pneus *off-road* (frontais) apresentam desgaste considerável, com a banda de rodagem já um pouco abaixo dos indicadores *Tread Wear Indicator* (TWI). O condutor argumenta que, por se tratar de pneu misto para rodagem asfáltica, o desgaste não compromete a segurança em vias urbanas. O agente constata a infração e lavra respectivo auto por “conduzir veículo em mau estado de conservação”. Contudo, o veículo transporta um idoso que necessita de atendimento médico (não emergencial), não sendo possível a troca dos pneus no local. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e os ditames do Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito (MBFT) quanto à medida administrativa cabível para o caso, assinale a afirmativa correta.

- A) O veículo deverá ser imediatamente removido ao pátio (guincho), pois a falta de sulcos nos pneus configura risco iminente absoluto, vedando a lei qualquer hipótese de liberação provisória do veículo.
- B) O agente de trânsito deverá autuar o condutor e liberar o veículo sem a imposição de prazos para regularização, já que veículos com características *off-road* são isentos da medição de profundidade do TWI, conforme especifica o MBFT.
- C) A infração de trânsito por circular com pneus nas condições indicadas acarreta o recolhimento da CNH do condutor, além da retenção do veículo, não havendo previsão legal no CTB para o recolhimento eletrônico do licenciamento em casos de mau estado de conservação.
- D) O agente aplicará a autuação pela infração e a medida administrativa de retenção do veículo. Não sendo possível sanar a irregularidade no local, e havendo condições mínimas de segurança, o agente poderá liberar o veículo a condutor regularmente habilitado, mediante recolhimento do Certificado de Licenciamento Anual (CRLV-e), fixando-se prazo para a regularização.



Questão 45

Em determinado município, um cidadão é autuado pela Guarda Municipal por conduzir veículo com ilegitimidade dos caracteres de uma de suas placas de identificação e por apresentar licenciamento em atraso. Inconformado, ele ingressa com recurso administrativo alegando nulidade absoluta dos autos de infração, fundamentando-se no argumento de que a Constituição Federal de 1988 incumbe às Guardas Municipais apenas a proteção de bens, serviços e instalações do município, e que o controle da documentação e do estado de conservação dos veículos seria de competência exclusiva do Estado (Polícia Militar/Detran). Sobre a competência das Guardas Municipais e, ainda, frente ao Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e à interpretação constitucional prevalente sobre a matéria, assinale a afirmativa correta.

- A) Procede a tese constitucional defendida pelo cidadão, visto que o poder de polícia no trânsito é indelegável. Para o caso em especial, a Guarda Municipal necessitaria celebrar convênio específico com o Detran do Estado, cujo “braço” operacional é a Polícia Militar.
- B) O auto de infração por licenciamento vencido é válido, pois envolve arrecadação fiscal, mas o auto pela placa ilegível é nulo, uma vez que fiscalizar o estado de conservação veicular demanda vistoria em órgão de trânsito do Estado (Detran), o que foge ao escopo municipal.
- C) O recurso do cidadão deve ser deferido. O Supremo Tribunal Federal (STF) firmou decisão de que as Guardas Municipais só podem autuar infrações de circulação, estacionamento e parada, mantendo a exclusividade estadual para fiscalizar documentos e estado de conservação.
- D) O recurso deve ser indeferido. Jurisprudência consolidada do STF reconhece o poder de polícia de trânsito dos municípios e, mediante recente alteração do CTB relativa à competência dos municípios, as Guardas Municipais (por delegação) passam a ter competência concorrente para autuar infrações relativas a veículos e habilitação.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Questão 46

Um Guarda Municipal do quadro efetivo de Manaus, fora de seu horário de serviço e em trajes civis, decide viajar com sua família para uma estância no interior de Amazonas, mas perto de casa. Durante o deslocamento, ele é abordado em uma barreira policial, ocasião em que informa estar portando sua arma de fogo institucional de calibre permitido, apresentando sua documentação funcional. Analisando o Estatuto do Desarmamento sobre os integrantes das Guardas Municipais, o agente policial hesita quanto à legalidade do porte naquelas circunstâncias de folga. Em conformidade às normas e à jurisprudência sedimentada sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- A) Se o agente municipal cruzou as fronteiras territoriais de Manaus sua conduta configura crime. Se ainda estava nos limites do município de lotação quando abordado, responderá apenas por infração funcional administrativa, na forma da lei.
- B) O porte de arma fora do horário de serviço por Guardas Municipais configura o crime de porte ilegal de arma de fogo. O Estatuto do Desarmamento prevê que o porte para o agente municipal só é admitido em serviço e nos trajetos de ida e volta do trabalho.
- C) A conduta do Guarda Municipal é amparada pela legislação atual; o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucionais os requisitos populacionais que restringiam o direito ao porte de arma de fogo para o Guarda Municipal em serviço e fora dele.
- D) Se ocorrida fora da capital, a abordagem revela mera transgressão administrativa, devendo a arma ser apreendida. A liberação irrestrita das exigências populacionais se aplica apenas às forças estaduais e federais, sendo permitido aos Guardas Municipais atuarem armados em serviço ou, quando de folga, nos limites de sua circunscrição.

Questão 47

A Prefeitura Municipal de Manaus, visando aprimorar suas políticas de defesa social, formaliza a intenção de integrar os bancos de dados de ocorrências de sua Guarda Municipal à rede nacional do Ministério da Justiça. Durante a formulação jurídica, um analista emite parecer contrário à medida. Seu argumento reside no fato de que a normativa de criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) – Lei Federal nº 13.675/2018 – não elenca as Guardas Municipais como “integrantes operacionais” do referido sistema, reservando esse *status* às polícias relacionadas no art. 144 da Constituição Federal de 1988. Avaliando o regramento jurídico do SUSP, assinale a afirmativa correta.

- A) As Guardas Municipais, devido à sua subordinação direta e exclusiva aos prefeitos, não são integrantes do SUSP, mas podem firmar convênios onerosos e privados para acessar tecnologias de outras forças de segurança.
- B) O analista tem razão, já que o rol constitucional dos órgãos de segurança pública é taxativo, o que obriga a Lei do SUSP a classificar as Guardas Municipais como forças auxiliares convidadas, sem obrigatoriedade ou direito de integração sistêmica de dados.
- C) O parecer está incorreto quanto à exclusão incondicional das Guardas Municipais do SUSP, pois a lei prevê que elas passam a integrar as operações do sistema mediante anuência prévia (e por decreto) do Poder Executivo do respectivo Estado.
- D) O parecer do analista é equivocado; a Lei nº 13.675/2018 estabelece que as Guardas Municipais são integrantes estratégicos do SUSP, possuindo a diretriz de atuar de forma sistêmica e integrada com os demais órgãos de segurança da federação.



Questão 48

Durante um patrulhamento na região da Praça do Relógio, no Centro de Manaus, uma guarnição da Guarda Municipal flagra um indivíduo vendendo entorpecentes e realiza imediatamente sua prisão em flagrante delito. Conduzido à delegacia, seu advogado de defesa requer o relaxamento da prisão sob a tese de ação ilegal, alegando que o Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei Federal nº 13.022/2014) delimita as atribuições da corporação, vedando o exercício dessa específica ação de segurança pública. Considerando a referida lei, bem como a interpretação constitucional consolidada, assinale a afirmativa correta.

- A) Embora legal, a prisão exige da Guarda Municipal, após os procedimentos iniciais, a condução imediata do detido à Polícia Federal; isso por se tratar o tráfico de entorpecentes de crime de competência federal e de primordial interesse da União.
- B) A prisão é ilegal; apesar de terem ocorrido recentes e importantes avanços na competência das guardas municipais, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto das Guardas Municipais reservam o policiamento ostensivo de combate ao tráfico de entorpecentes às polícias estaduais e federais.
- C) A prisão em flagrante será admitida como exercício do direito de “qualquer do povo”, desde que a Guarda Municipal atue em parceria com a Polícia Militar do Estado, mediante prévio convênio. O objetivo é não exceder as competências institucionais descritas no Estatuto Geral das Guardas Municipais, no que pertine à apreensão da “droga” para fins penais.
- D) A prisão é legal, pois o Estatuto confere competência à Guarda Municipal para atuar no território do município visando à proteção da população que utiliza os bens municipais. O Supremo Tribunal Federal (STF) consolidou que a Guarda Municipal integra o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), com poder de polícia para realizar prisões em flagrante, ainda que no combate ao tráfico de drogas ilícitas.

Questão 49

Roberto foi empossado no cargo efetivo da Guarda Municipal de Manaus (GMM). Após a sua formação, ocorrida no fim do ano, Roberto foi designado para um grupamento de proteção aos logradouros públicos em uma escala de revezamento contínuo. Ao receber sua primeira escala, Roberto percebe que trabalhará em diversos turnos noturnos, além de ser escalado em fins de semana e no feriado de Nossa Senhora da Conceição, perfazendo a soma de quarenta horas semanais. Irrresignado, Roberto impetra ação judicial alegando a ilegalidade da submissão desse regime de trabalho a servidor em estágio probatório. Considerando o Estatuto da Guarda Municipal de Manaus (EGMM), assinale a afirmativa correta.

- A) O EGMM determina que a jornada da corporação seja cumprida, preferencialmente, em horário de expediente comum, vedando a obrigatoriedade do turno noturno nos três primeiros anos de exercício.
- B) A escala elaborada pela corporação é ilegal; o EGMM autoriza o trabalho nos termos sugeridos, exceto quanto à carga horária máxima para regimes que envolvam trabalho noturno, prevista em trinta horas semanais.
- C) A medida judicial não deverá prosperar; o Estatuto estabelece que a jornada de trabalho do Guarda Municipal poderá ocorrer em turnos diurnos e noturnos, inclusive em fins de semana e feriados, não podendo a carga horária semanal ser superior a quarenta horas.
- D) O servidor tem parcial razão, pois o trabalho em finais de semana e feriados é expressamente previsto pelo Estatuto. Por outro lado, o trabalho noturno terá caráter meramente instrutivo durante o período de estágio probatório, cuja incidência na escala de serviços de Roberto deverá ser reduzida, na forma e termos da lei.

Questão 50

Após uma intervenção enérgica da Guarda Municipal de Manaus (GMM) para contornar uma confusão generalizada no Terminal de Integração 1 (T1), um grupo de usuários do transporte público decide protocolar formalmente uma queixa na GMM por supostos excessos praticados pela guarnição. Paralelamente a isso, imagens das câmeras de segurança mostraram condutas que, independentemente da denúncia popular, podem configurar grave infração disciplinar interna, exigindo célere apuração oficial. Considerando o Estatuto da Guarda Municipal de Manaus (EGMM) – Lei Complementar nº 16/2021 e, também, a legislação federal sobre o assunto, assinale a afirmativa correta.

- A) Nos termos do EGMM, o controle é realizado por um ente híbrido denominado Comissão de Disciplina Ética, cujos membros são nomeados dentre os vereadores do município, superintendentes e inspetores da GMM.
- B) O funcionamento da GMM é acompanhado por órgãos próprios. No cenário apresentado, caberá à Corregedoria receber as queixas dos cidadãos como órgão de controle externo, e à Ouvidoria exercer o controle punitivo disciplinar interno sobre as imagens capturadas.
- C) As denúncias dos cidadãos recebidas pela GMM devem ser remetidas à Polícia Investigativa. Após verificação da procedência das denúncias pela Polícia Civil do Amazonas, a Corregedoria da GMM poderá instaurar apuração dos fatos para eventual disciplinamento dos Guardas Municipais envolvidos.
- D) O acompanhamento dos fatos se dará mediante o controle interno exercido pela Corregedoria da GMM, responsável por apurar as infrações disciplinares dos agentes; e pela Ouvidoria (GMM), cuja atribuição é receber e apurar as denúncias e representações externas sobre os atos considerados ilegais ou arbitrários.



Questão 51

Durante operação conjunta em um terminal de ônibus de Manaus, a Guarda Municipal conduziu um homem à delegacia por suspeita de furto. O delegado de polícia, após análise, verificou a inexistência de elementos para o flagrante e determinou a imediata liberação do suspeito. Contudo, por mero capricho pessoal, o servidor responsável pela custódia manteve o homem preso por mais seis horas, alegando falsamente que aguardava “protocolos internos de confirmação”. No mesmo local, uma autoridade policial, visando prejudicar o investigado, determinou sua condução coercitiva para interrogatório sem que houvesse prévia intimação para comparecimento ao ato. Por fim, durante a oitiva, o investigado manifestou expressamente o desejo de permanecer em silêncio até a chegada de seu advogado, mas o agente insistiu e prosseguiu com o interrogatório sob ameaça de novas sanções. Com base na Lei Federal nº 13.869/2019, assinale a afirmativa correta.

- A) O prosseguimento do interrogatório de quem manifestou o desejo de permanecer em silêncio é permitido, desde que o agente não utilize violência física ou grave ameaça contra a integridade do investigado.
- B) A manutenção da custódia por seis horas configura infração administrativa disciplinar, sendo necessária a privação de liberdade por prazo superior a vinte e quatro horas para tipificar o crime de abuso de autoridade.
- C) Configuram crime de abuso de autoridade a manutenção da custódia após a ordem de soltura, a condução coercitiva de investigado sem prévia intimação e o prosseguimento do interrogatório de pessoa que optou pelo direito ao silêncio.
- D) A condução coercitiva de investigado sem prévia intimação caracteriza abuso de autoridade, independentemente da existência de finalidade específica de prejudicar outrem, beneficiar a si mesmo ou a terceiro, bastando a realização da medida em desconformidade com a lei.

Questão 52

Durante patrulhamento preventivo em uma praça de Manaus, a Guarda Municipal realizou a apreensão em flagrante de um adolescente de 16 anos pela prática de ato infracional equiparado ao crime de roubo mediante grave ameaça e o encaminhou à autoridade policial, que procedeu com os trâmites legais. Após ser encaminhado à unidade de internação, o servidor responsável pelo plantão, alegando superlotação, determinou que o adolescente fosse alojado em espaço destinado a adultos e, além disso, obrigou o jovem a realizar a limpeza de áreas comuns em trajes íntimos diante dos demais custodiados, como forma de “pedagogia disciplinar”. Considerando exclusivamente os crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – (artigos 225 a 244-C), assinale a afirmativa correta.

- A) A conduta é atípica na esfera penal, pois as normas de internação possuem natureza meramente administrativa e a superlotação exclui a ilicitude do ato.
- B) O crime em questão é próprio e apenas pode ser praticado por pais ou tutores, não se aplicando a agentes públicos em unidades de internação socioeducativa.
- C) A configuração do crime de submeter menor a vexame exige que a conduta seja praticada com violência física, não abrangendo situações de humilhação moral ou exposição pública.
- D) Configura crime submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento, sendo este um crime formal que independe de resultado naturalístico para sua consumação.

Questão 53

No exercício de suas atribuições, o Guarda Municipal deve pautar sua conduta pelo estrito respeito à dignidade da pessoa humana e pela observância da Lei Federal nº 9.455/1997, conhecida como Lei de Tortura. A referida lei tipifica condutas de tortura, estabelece causas de aumento de pena e define efeitos automáticos da condenação que impactam diretamente o vínculo do agente público com a Administração. Com base na Lei Federal nº 9.455/1997, assinale a afirmativa correta.

- A) O crime de tortura é afiançável quando praticado na modalidade omissiva e admite concessão de graça ou anistia em razão da menor gravidade da conduta.
- B) Aquele que se omite em face das condutas de tortura, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na mesma pena de reclusão prevista para o autor direto do crime.
- C) A condenação por crime de tortura acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para o exercício de função pública pelo dobro do prazo da pena aplicada.
- D) O crime de tortura admite aumento de pena de metade, em valor fixo, se o crime for cometido contra criança, gestante, pessoa com deficiência, adolescente ou maior de 60 anos.



Questão 54

Durante patrulhamento ostensivo em Manaus, uma equipe da Guarda Municipal foi acionada para atender ocorrência em uma escola pública municipal. Segundo informações apuradas, um homem ingressou armado na instituição de ensino para cobrar dívida de um servidor terceirizado. Durante a ação, efetuou disparos e atingiu gravemente um Guarda Municipal que atuava na segurança do local, causando lesão corporal dolosa que resultou em deformidade permanente (natureza gravíssima). Em seguida, o agente criminoso restringiu a liberdade de uma professora, mantendo-a sob ameaça com arma de fogo para facilitar a fuga. Após sair da escola, abordou um motorista de aplicativo, subtraiu seu veículo mediante emprego de arma de fogo e permaneceu com a vítima no interior do automóvel durante parte do trajeto, até abandoná-la em local ermo. Com base na Lei Federal nº 8.072/1990, assinale a afirmativa correta.

- A) A ocorrência em dependências de instituição de ensino transforma qualquer crime patrimonial cometido no local em crime hediondo, ainda que não exista previsão expressa na legislação.
- B) O roubo praticado mediante arma de fogo com restrição da liberdade da vítima possui natureza hedionda, enquanto a lesão corporal gravíssima praticada contra Guarda Municipal depende da ocorrência de morte para ser enquadrada como crime hediondo.
- C) A lesão corporal gravíssima praticada contra Guarda Municipal possui natureza hedionda em razão da função exercida pela vítima, enquanto o roubo mediante arma de fogo e restrição de liberdade da vítima possui natureza comum, em razão da ausência de resultado morte.
- D) A lesão corporal dolosa de natureza gravíssima, em razão da deformidade permanente, praticada contra Guarda Municipal no exercício da função em dependências de instituição de ensino, bem como o roubo com restrição da liberdade da vítima mediante emprego de arma de fogo, configuram crimes hediondos.

Questão 55

A Guarda Municipal frequentemente atua em ocorrências envolvendo conflitos familiares, agressões em residências, perseguições, ameaças e retenção de bens pessoais de mulheres em situação de vulnerabilidade. Nessas situações, o conhecimento das disposições da Lei Maria da Penha é essencial para a correta identificação das formas de violência doméstica e familiar e para o adequado encaminhamento da ocorrência. Com base na Lei Federal nº 11.340/2006, assinale a afirmativa correta.

- A) A violência moral abrange qualquer forma de agressão física que cause sofrimento emocional ou dano à saúde estética da vítima em razão do vínculo familiar.
- B) A retenção de documentos pessoais, instrumentos de trabalho, valores e bens da mulher caracteriza violência patrimonial no contexto da violência doméstica e familiar.
- C) A violência doméstica e familiar contra a mulher depende de coabitação atual entre agressor e vítima no mesmo domicílio, associada à existência de vínculo conjugal formal.
- D) A violência psicológica restringe-se às hipóteses de ameaça direta à integridade física da mulher, não abrangendo condutas como isolamento, vigilância constante ou insultos.

Questão 56

João, servidor público da Prefeitura Municipal de Manaus, no exercício de suas funções e competência, é procurado pelo proprietário de uma empresa de segurança privada que possui contrato de prestação de serviços com uma autarquia municipal. O empresário solicita que João apresente uma declaração técnica oficial atestando que a quantidade de postos de vigilância operados pela empresa é superior à real, visando justificar um faturamento maior no próximo mês. Em troca, o empresário oferece a João uma gratificação em dinheiro. João aceita a proposta, recebe os valores em espécie e, ato contínuo, emite o documento com dados falsos sobre a medição do serviço. Com base exclusivamente nas disposições da Lei Federal nº 8.429/1992, sobre a responsabilidade e a tipificação dos atos mencionados, assinale a afirmativa correta.

- A) A configuração do ato de improbidade praticado por João prescinde da comprovação de dolo com fim ilícito, bastando a voluntariedade do agente no exercício da função pública para a aplicação das sanções de perda da função.
- B) A conduta de João, ao receber vantagem econômica para fazer declaração falsa sobre dado técnico envolvendo serviço prestado à Administração, constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- C) Os sócios e diretores da empresa de segurança privada respondem de forma automática pelo ato de improbidade imputado à pessoa jurídica, independentemente da comprovação de participação ou benefício direto no evento narrado.
- D) A conduta de João, ao emitir declaração falsa sobre dado técnico que envolva serviço fornecido à entidade pública para auferir vantagem econômica, configura ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, punível com multa civil de até vinte e quatro vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.



Questão 57

Considere a hipótese de que, em 2030, a Prefeitura Municipal de Manaus, diante do crescimento populacional em determinadas regiões administrativas, decida reestruturar o Sistema Municipal de Transportes e o Ordenamento Viário. Para tanto, o chefe do Executivo municipal pretende delegar a uma autarquia a responsabilidade integral pelo planejamento, gerenciamento e operação das variantes do sistema de transporte urbano. Paralelamente, no exercício das funções de fiscalização, agentes da Guarda Municipal e de trânsito recebem ordens para aplicar sanções administrativas visando à arrecadação de multas por infrações à circulação e ao estacionamento em todo o território municipal, visando à fluidez e segurança viária. Ao mesmo tempo, uma associação de moradores solicita que o Município instale novas linhas regulares em ramais e comunidades de difícil acesso, alegando ser dever municipal assegurar esse direito à população. Considerando somente as disposições expressas da Lei Orgânica do Município de Manaus e, ainda, tendo em vista que à época dos fatos a referida legislação possui o mesmo regramento atualmente vigente, analise as ações pretendidas e assinale a afirmativa correta.

- A) O Município possui a obrigação legal de destinar o montante total arrecadado com a cobrança de multas de trânsito para o financiamento de sinalização e campanhas educativas de conscientização coletiva.
- B) O sistema municipal de transporte coletivo de passageiros, embora seja de interesse público, não possui natureza essencial, devendo o poder público garantir linhas regulares nos bairros conforme a disponibilidade de frota das concessionárias.
- C) A organização, a direção e a fiscalização do trânsito de veículos e pessoas em território manauara compreendem o exercício do poder de polícia de trânsito, o que inclui aplicação de medidas administrativas e arrecadação de multas por infrações.
- D) A pretensão do chefe do Executivo de delegar a uma entidade externa a organização, a administração e a gestão integral do sistema de transporte urbano é amparada pela autonomia administrativa municipal, desde que mantida a fiscalização direta.

Questão 58

No que tange à Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527/2011 – e ao regramento de acesso à informação no âmbito do Poder Executivo do município de Manaus, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () A classificação de informações no grau reservado, por dizer respeito à segurança de instituições ou altas autoridades, é ato de competência indelegável dos Secretários Municipais e do Procurador-Geral do Município.
- () A informação será disponibilizada ao requerente da mesma forma que se encontrar arquivada ou registrada no órgão ou na entidade municipal, não cabendo a estes últimos realizar qualquer trabalho de consolidação ou tratamento de dados, tais como a elaboração de planilhas ou banco de dados.
- () As informações que puderem colocar em risco a segurança dos filhos do Prefeito e do Vice-Prefeito de Manaus são passíveis de classificação no grau secreto, permanecendo sob sigilo até o término do mandato em exercício, vedada a extensão da classificação em caso de reeleição.
- () A lei federal, diferentemente do que dispõe o regramento municipal, admite a exigência de que o solicitante apresente o número de um documento de identificação válido e os motivos determinantes do pedido.

A sequência está correta em

- A) V, F, V, V.
- B) F, V, F, F.
- C) V, F, V, F.
- D) F, V, F, V.

Questão 59

Determinado Guarda Municipal de Manaus figura como interessado em um processo administrativo municipal instaurado para analisar um ato administrativo que apresenta um vício formal considerado sanável. No curso do procedimento, a autoridade responsável cogita a descentralização de poderes para o julgamento de recursos, enquanto o servidor questiona as consequências de uma eventual ausência de defesa e a conduta ética esperada das autoridades envolvidas na instrução. Considerando que as questões apresentadas devem ser analisadas unicamente com base na Lei Municipal nº 1.997/2015, assinale a afirmativa correta.

- A) Atendendo ao princípio da eficiência, o titular da competência poderá delegar ao subordinado a atribuição de decidir recursos administrativos, visando conferir celeridade ao processo decisório municipal.
- B) A Administração Pública possui a prerrogativa de convalidar o ato administrativo que apresente defeitos sanáveis, desde que reste evidenciada a ausência de lesão ao interesse público ou prejuízo a terceiros.
- C) Caso o servidor, devidamente intimado para os termos do processo, deixe de oferecer sua defesa, tal conduta importará no reconhecimento da verdade dos fatos e na renúncia automática aos direitos do administrado.
- D) Caso a autoridade responsável pela instrução incorra em impedimento por possuir interesse indireto na matéria, a omissão do dever de comunicar tal fato à autoridade competente configura irregularidade administrativa desprovida de natureza grave.



Questão 60

Considere três situações hipotéticas envolvendo servidores estatutários do município de Manaus, à luz do Estatuto aplicável – Lei Municipal nº 1.118/1971.

- I. Um servidor estável utiliza-se de materiais de limpeza de propriedade da repartição para realizar a higienização de seu veículo particular no pátio do órgão.
- II. Um servidor é submetido a processo administrativo para apuração de falta grave. Durante o curso do processo, ele solicita sua exoneração a pedido.
- III. Uma comissão processante, em sede de processo administrativo disciplinar, constata que o indiciado se encontra em lugar incerto e não sabido após tentativas de localização.

Sobre os casos anteriores e as normas de regime disciplinar e processo administrativo, assinale a afirmativa correta.

- A) A conduta descrita no item I é tipificada como proibição ao servidor, sujeitando o infrator à pena de demissão a bem do serviço público, que dispensa o contraditório.
- B) Na circunstância do item III, constatando-se que o indiciado se encontra em lugar incerto, a citação será realizada por meio de edital com prazo determinado de quinze dias, visando assegurar a continuidade do rito processual.
- C) Se aplicada penalidade de suspensão na situação I, esta poderá ser convertida em multa na base de setenta por cento por dia de vencimento, ficando o servidor desobrigado de permanecer em serviço durante o período da conversão.
- D) No cenário do item II, a Administração Municipal deverá conceder a exoneração ao servidor, visto que o direito de deixar o cargo é uma prerrogativa a ele resguardada, independentemente da conclusão do processo administrativo ou de reconhecimento de inocência.

ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.



PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva tem caráter eliminatório e classificatório; sendo constituída de uma redação, que será avaliada em vinte pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato na condição de pessoa com deficiência que esteja impossibilitado de redigir textos, como também no caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para este fim.
- A Prova Discursiva deverá: a) ter extensão mínima de vinte linhas e máxima de trinta linhas; e b) atender ao número mínimo de linhas estipuladas, sob pena de desclassificação para o texto com número de linhas abaixo do limite mínimo exigido.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos:

Aspectos avaliados	Total de Pontos	
Aspectos Macroestruturais		
Conhecimento e compreensão do conteúdo proposto (relevância e propriedade de resposta à temática e ao tipo de gênero textual solicitado).	4,00	
Desenvolvimento da argumentação, objetividade e informatividade dentro do tema proposto (organização da argumentação, considerando-se a macroestrutura do texto dissertativo: introdução, desenvolvimento e conclusão).	4,00	
Coerência (relação lógica entre as ideias, assim como sua distribuição entre as partes do texto; encadeamento de ideias de forma lógica e coerente: progressão textual).	3,00	
	Pontos descontados por erro	Total de Pontos
Aspectos avaliados de acordo com a norma padrão		
Aspectos Microestruturais		
Estruturação sintática: truncamentos de períodos; justaposição de orações e/ou períodos; excesso, ausência ou duplicação de elementos sintáticos, considerando-se a utilização dos recursos coesivos da língua de modo a tornar a relação entre frases e períodos e entre os parágrafos do texto mais clara e precisa.	0,50	2,00
Morfossintaxe: colocação pronominal; concordância verbal e nominal; conectores; emprego de pronomes; paralelismo sintático; regência verbal e nominal; seleção vocabular – uso de vícios de linguagem, gírias, marcas de oralidade, escolha lexical (precisão vocabular); vocabulário inadequado ao texto escrito; tempos e modos verbais; grau de formalidade/informalidade expressa em palavras e expressões.	0,25	3,00
Desvios: acentuação; ortografia; translineação; uso de letras maiúsculas e minúsculas; pontuação	0,25	4,00
TOTAL		20 pontos

Texto I

O perfil profissional do Guarda Municipal

Pode-se elencar o perfil e as habilidades do profissional da Guarda Municipal que se pretende formar:

- Atuar de forma a garantir a ocupação e a utilização democrática do espaço público;
- Garantir o respeito dos direitos fundamentais do cidadão na vida cotidiana;
- Proteger o meio ambiente e o patrimônio ecológico;
- Detectar todo tipo de deficiências e panes que impedem a livre circulação do cidadão e a correta utilização dos serviços públicos urbanos; e
- Ser reconhecido pela população com o objetivo de prevenir e mediar pequenos conflitos, assim como participar do acesso dos cidadãos aos seus direitos, sendo capaz de orientá-los quando necessário.

(PEREIRA, M. Matriz Curricular Nacional para Formação das Guardas Municipais. Revisada, contendo formato dos cursos, concepção, metodologia, público-alvo, carga horária, modelo avaliativo, referência bibliográficas, sugestão de corpo docente, ementas entre outros. Brasília: UNDP, 2013. Fragmento.)



Texto II

Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 (atualizada pela Lei nº 14.751, de 12 de dezembro de 2023)

Art. 4º - São princípios da PNSPDS (Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social):

- I. Respeito ao ordenamento jurídico e aos direitos e garantias individuais e coletivos;
- II. Proteção, valorização e reconhecimento dos profissionais de segurança pública;
- III. Proteção dos direitos humanos, respeito aos direitos fundamentais e promoção da cidadania e da dignidade da pessoa humana;
- IV. Eficiência na prevenção e no controle das infrações penais;
- V. Eficiência na repressão e na apuração das infrações penais;
- VI. Eficiência na prevenção e na redução de riscos em situações de emergência e desastres que afetam a vida, o patrimônio e o meio ambiente;
- VII. Participação e controle social;
- VIII. Resolução pacífica de conflitos;
- IX. Uso comedido e proporcional da força pelos agentes da segurança pública, pautado nos documentos internacionais de proteção aos direitos humanos de que o Brasil seja signatário;
- X. Proteção da vida, do patrimônio e do meio ambiente;
- XI. Publicidade das informações não sigilosas;
- XII. Promoção da produção de conhecimento sobre segurança pública;
- XIII. Otimização dos recursos materiais, humanos e financeiros das instituições;
- XIV. Simplicidade, informalidade, economia procedimental e celeridade no serviço prestado à sociedade;
- XV. Relação harmônica e colaborativa entre os Poderes; e
- XVI. Transparência, responsabilização e prestação de contas.

(BRASIL. Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Brasília: Presidência da República, 2018/2023.)

Texto III

Guarda Municipal: segurança pública e o direito coletivo ao bem-estar

A segurança pública, muitas vezes tratada como um problema a ser resolvido com policiamento e prisões, deve ser entendida como um direito coletivo que envolve educação, prevenção e o acesso igualitário aos direitos fundamentais. Nesse cenário, a Guarda Municipal (GCM) emerge como uma peça central na construção de uma sociedade mais segura e justa, desempenhando um papel estratégico ao estar diretamente conectada com a população e seus desafios cotidianos.

As Guardas Municipais têm uma função vital na mediação de conflitos locais e na proteção da população. Suas atribuições vão além da proteção dos bens, serviços e instalações municipais, estendendo-se para ações preventivas e educativas em segurança. Um exemplo claro dessa atuação é o trabalho das Patrulhas Maria da Penha, que monitoram mulheres sob medida protetiva, garantindo sua segurança e evitando a escalada da violência doméstica.

Com uma atuação de caráter comunitário, as GCMs são especialmente eficazes em situações em que a mediação é necessária, como conflitos entre vizinhos, fiscalização de áreas públicas e prevenção de delitos de menor potencial ofensivo. Essas ações não apenas protegem a população, mas também aliviam a sobrecarga das Polícias Militar e Civil, permitindo que elas concentrem esforços em ocorrências mais graves.

É comum pensarmos que a segurança pública depende exclusivamente de ações repressivas, como prisões e policiamento ostensivo. No entanto, a verdadeira segurança começa com a prevenção. A primeira etapa para construir uma sociedade mais segura é evitar que crimes aconteçam. As Guardas Municipais, posicionadas nas comunidades, têm o potencial de intervir antes que pequenos conflitos se transformem em grandes problemas, tornando-se uma força essencial de prevenção.

Esse papel preventivo reforça a necessidade de uma guarda verdadeiramente popular, ou seja, uma instituição que atue de forma integrada com a sociedade, compreendendo as necessidades locais e respondendo com soluções que priorizem o bem-estar e a segurança coletiva. Além disso, valorizar o treinamento contínuo e capacitar os guardas para lidar com situações de mediação e diálogo é fundamental para uma atuação preventiva eficaz.

(GOMES, N. Guarda Municipal: segurança pública e o direito coletivo ao bem-estar. Brasília: CONFETAM, 2024. Adaptado.)

Com base nos textos motivadores, redija uma redação sobre o tema:

“A resignificação da Guarda Municipal: da vigilância patrimonial à mediação social como estratégia de segurança urbana”.



PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO



